

Escola Superior de Altos Estudos

Artigos e Dissertações

SISTEMAS E MODELOS DE PROTECÇÃO SOCIAL: DA CARIDADE À ASSISTÊNCIA

Helena Mouro

*Dissertação de Mestrado em Família e Sistemas Sociais -
'Solidariedade e Mutualismo'*

Orientador: Jorge Caiado Gomes

Data da defesa: 31/10/2001.

*Tal como existem mercados
ou feiras anualmente
para comprarmos os gados,
assim há praças de gente
pelos Domingos calados.*

Cesário Verde

Ao aludir às 'praças de gentes pelos domingos calados', Cesário Verde estava, certamente, a referir-se àqueles a quem Miguel Torga, no seu *Diário II* (Vol. I: 167), designa como 'desgraçados', comparando-os 'a algas desenraizadas que o mar atira impiedosamente à terra e a terra devolve impiedosamente ao mar'. Hoje, ao nível do senso comum, as pessoas referem-se às situações de vulnerabilidade e destituição económica, utilizando as expressões *pobreza* e *pobres*, uma linguagem directa e convencional. Mas o idioma utilizado pelos políticos e pelos media frequentemente apelida essas situações (não sem algum eufemismo) de *exclusão* e de *excluídos* os grupos e indivíduos que compõem esse importante território da sociedade. A linguagem da exclusão fundamenta-se no facto de as condições da fraqueza e exploração económica passarem a ser observadas como parte de práticas ideológicas mais gerais de marginalização social, limitação da autonomia dos indivíduos, degradação humana e deterioração dos estilos de vida.

Historicamente, a observação da pobreza e da destituição como fundamental problema social foi sendo objecto de tratamentos diferenciados, consoante as mudanças políticas e ideológicas operadas no âmbito da transformação e dispersão dos conflitos, dos modelos de regulação social e da reprodução das desigualdades. Entre os diversos mecanismos para assegurar o controle ideológico da pobreza, a ajuda social, pela sua capacidade em canalizar as diferentes energias geradas pelo desenvolvimento dos antagonismos sociais, tornou-se um dos vectores fundamentais para garantir a coesão social. A forma como se foi organizando e como evoluiu, abriu espaço à construção política da protecção social enquanto sistema de apoio aos mais desfavorecidos. Criou-se, deste modo, uma relação articulada entre o exercício da ajuda social, a promoção do processo de intervenção social e a consubstanciação do modelo de protecção social. Fundidos num interesse comum, isto é, a minimização dos efeitos gerados pela agudização da vulnerabilidade do tecido social, tanto o processo de ajuda como o modelo de protecção social modificaram-se e recriaram-se. Assim, pode-se distinguir, historicamente, dois grandes sistemas de protecção social: o *feudal* e o *capitalista*. No entanto, se partirmos antes de uma distinção baseada nas diferenças intrínsecas aos processos de ajuda social, é, então, possível considerar que, desde o início da Idade Média até à 2ª Guerra Mundial, foram postos em prática três modelos de ajuda social: o *modelo caritativo*, o *modelo beneficente* e o *modelo assistencialista*. Antecipando a linha de argumento deste artigo, podemos dizer que o modelo caritativo caracteriza-se por ser aleatório e por promover o exercício social da piedade e a sacralização da pobreza; o modelo beneficente é, intrinsecamente, evangelizador, promovendo a dimensão religiosa da ajuda como forma de controlar a laicização do processo de reprodução e dominação social; o modelo assistencialista é disciplinador, fomenta o individualismo e a nucleação do social.

DA SOLIDARIEDADE À CARIDADE

De um ponto de vista moral, a ajuda aos pobres foi instituída como uma essencial manifestação de solidariedade social, desde a Antiguidade. No entanto, do ponto de vista histórico, este mesmo processo pode ser entendido como o resultado de uma herança cultural que a sociedade medieval potencializou a favor dos seus interesses de dominação. Neste sentido, a sociedade medieval capitalizou o espólio cultural da solidariedade, utilizando-o na reprodução de um conjunto de comportamentos que promoviam a ajuda como um dever social a ser respeitado por todos. Assim surgiu a caridade, no sentido medieval do termo. O exercício da caridade constituiu-se como uma forma de conciliar a solidariedade com os processos de dominação cultural e religiosos da hegemonia católica, assim como da consolidação da hierarquia e estrutura social. Assim, a caridade era praticada de acordo com os valores religiosos da doutrina católica que, legitimados à luz da razão natural, conduziam à ideia de que os pobres existiam para que a sociedade pudesse, quotidianamente, ir fazendo, com sucesso, o seu próprio acto de contrição. Era, por um lado, a face visível da desculpabilização ideológica da dominação e, por outro, o meio socialmente encontrado para sublimar a ansiedade dos privilegiados que, através de práticas de piedade, na verdade, colocavam a religião ao serviço da reprodução da desigualdade.

Segundo Geremek (1986), o pobre, enquanto figura social, tornou-se útil para a Igreja, uma vez que permitiu uniformizar o pensamento sobre o edifício social e a cultura medieval. Esta uniformização projectou uma padronização dos comportamentos sociais, facto este que está na origem da caridade se ter transformado não só num dever religioso, mas também social. Nesta medida enquanto a solidariedade, apesar de ser convencionalizada, era socialmente praticada de forma medular e espontânea, a caridade constituiu-se como uma prática adquirida que poderia servir de instrumento de aproximação dos homens aos grupos.

Em face deste pressuposto, há que considerar que a caridade, para além de ter precipitado uma padronização dos actos de ajuda social, foi, ainda, utilizada para sancionar e justificar a reprodução das desigualdades sociais. No entanto, se numa primeira instância serviu essencialmente para legitimar um modelo de sociedade e integrar a pobreza por via cultural, transformou-se progressivamente num mecanismo de protecção social caracterizado por ser socialmente participativo, espiritualmente coercivo e ideologicamente massificador. Na prática este modelo de protecção social, de raiz caritativa, utilizava a esmola para ritualizar o desempenho ideológico da descaracterização política dos problemas sociais. A aceitação da pobreza pelo próprio pobre e o conformismo do pobre em ser pobre, tornaram-se então condições fundamentais na gestão da pobreza. Simultaneamente, o ethos cultural da pobreza servia quer para dispersar os possíveis efeitos perversos dessa mesma pobreza, quer para, contraditoriamente, favorecer a produção social do prestígio dos mais ricos e a reconversão dos interesses económicos em interesses sociais.

Contudo, este modelo de protecção social ao ser aplicado de um modo informal, só foi válido até ao momento em que os problemas sociais se avolumaram, por força do agravamento das distorções criadas pelo sistema económico e por um conjunto de circunstâncias políticas que agravaram substancialmente o já bastante frágil padrão de saúde pública.

Mas, o facto de se ter avolumado uma parcela das situações sociais que não eram passíveis de serem resolvidas por via da solidariedade e da caridade, isto é, por via dos designados suportes informais, e dado ainda que a própria Igreja Católica tinha criado certas obrigações sócio-religiosas de forma a incentivar a construção de certos paradigmas comportamentais – onde está incluída a ajuda ao próximo –, emergiu, a importância de se sofisticar os processos de ajuda para que a coesão social se mantivesse activa.

Por este motivo o processo de ajuda social veio a sofrer um reordenamento, o qual se consubstanciou no facto de se ter mantido em funcionamento o exercício informal da caridade e da solidariedade, ao mesmo tempo que se foi desenvolvendo uma forma mais orgânica e estratificada de pôr em prática tanto a caridade, como a solidariedade.

Com esta alteração produzida no sistema de ajuda social não só se bifurcou a estratégia de regulação social, a qual passou a ser exercida por via informal e formal, como se estruturou uma nova alternativa de financiamento ao modelo de protecção social. Tradicionalmente, o processo de ajuda social era essencialmente sustentado pelo colectivo social uma vez que a família, os vizinhos e os indivíduos contribuam directamente ou indirectamente para que sociedade se assumisse como uma sociedade presente e solidária na resolução dos seus problemas sociais. Todavia, a criação de meios mais organizados para ajudar o exercício da ajuda social - proporcionados pela

criação da obrigação sócio-religiosa dos mais ricos ajudarem os mais pobres em troca de dividendos religiosos, do reforço do seu prestígio social e de uma capitalização ideológica do seu poder económico -, criou aquilo a que Geremek (1986:30) apelida de uma 'economia da salvação', a qual, por sua vez, se veio a impor como um eixo formal do financiamento e do desenvolvimento do processo de ajuda social.

Como consequência da alteração do sistema de financiamento da protecção social e da diversificação dos contributos sociais no processo de ajuda alterou-se a substância ideológica e a própria morfologia do processo de protecção social. Tendo sido temporariamente exercido mediante a dinâmica de um conjunto de iniciativas de teor massificante, depois da capitalização da 'economia de salvação', a sua ideologia social refundiu-se e foi adaptada à nova realidade dos problemas sociais, bem como aos novos interesses de carácter religioso, político e económico. Assim, e gradualmente, a solidariedade passou a partilhar com a caridade o espaço do processo de ajuda social e a legitimação social e ideológica da caridade, enquanto mecanismo de apoio social, promoveu um impulso sintomático na recriação do processo de ajuda social, tornou facetado o universo da protecção social e promoveu a diversificação ideológica nas formas de intervenção social.

DA CARIDADE À BENEFICIÊNCIA

Tanto a fragilização do sistema social, como o reforço do aparelho de dominação e a necessidade de reanimação quer da produção de sinergias sociais quer da construção de novos sintagmas sociais que contribuíssem para fomentar o exercício da promoção da coesão social, levou à consolidação, por influência da hegemonização do catolicismo, de um modelo de protecção social de raiz caritativa à época organizado em função dos interesses da Igreja Católica, durante a fase alta da Idade Média.

Mas, se por um lado, este modelo de protecção social não contrariava as aspirações dos interesses dominantes uma vez que as iniciativas institucionais por si promovidas eram escudada numa erudição religiosa dos investimentos económicos realizados pela nobreza a título das motivações espirituais que singularizavam a sua forma de estar na vida; por outro lado, o efeito político gerado pela capitalização social da religiosidade da própria classe dominante, fez emergir um novo estilo político de intervenção social que se adjectivou por ter provocado uma descaracterização dos arquétipos através dos quais era ortodoxamente concretizado o processo de ajuda aos mais desfavorecidos.

Isto porque, apesar das relações de entreajuda e de solidariedade continuarem a ser socialmente valorizadas, a caridade deixou progressivamente de ser praticada de uma forma meramente informal, episódica e desestruturada, para passar a ser concretizada mediante uma prática social que poderia socialmente ser também reproduzida num quadro de um contexto mais organizado e ideologicamente mais habilitado para fazer mitigar e desfigurar as situações sociais resultantes de uma vivência quotidiana pulverizada pela precariedade social e económica.

Em face deste reequacionamento ideológico na forma de capitalização da produção da caridade, e de acordo com a dinâmica da metamorfose política do processo de dominação, desenvolveu-se social e ideologicamente a necessidade de readaptação e de recriação das práticas de ajuda, o que veio a produzir um impacto evidente sobre o modelo de protecção social então existente.

Foi, exactamente, neste preciso contexto de reorientação da estratégia política de dominação, que as ordens religiosas levaram à prática uma redefinição do seu papel social, tornando-se, deste modo, elementos activos na recriação de um processo interventor que permitisse à pobreza ser regulada enquanto modo de vida e controlada enquanto problema social.

Daí que um número significativo de ordens religiosas se tivesse empenhado a investir ideologicamente numa acção pragmática e social do seu ethos religioso, demonstrando forte interesse em participar activamente numa cristianização da pobreza que conduzisse a uma socialização cultural e ideológica das desigualdades sociais.

Com o objectivo de dar forma e conteúdo a esta sua nova motivação institucional, as ordens religiosas disponibilizaram, de forma a criarem os meios para evidenciar a abertura da vida monástica à realidade social, o seu capital doutrínario e cultural em favor da construção de um modelo de protecção social que protagonizasse uma articulação entre os fins da ajuda, a moral cristã, a mais valia social das relações de entreajuda e os próprios desideratos divinos.

Porém, a manifesta articulação de interesses entre Igreja e Poder Dominante, levou a uma reconstrução da iconografia do sistema de ajuda. Este processo teve por base o facto do sistema de ajuda ter passado a deixar de ser exclusivamente exercido por via dos existentes suportes de produção informal da caridade - meio tradicionalmente utilizado para assegurar a desvalorização social da importância económica da pobreza - para passar a ser, também, canalizado por intermédio de suportes formais - via institucional - através dos quais a prestação da caridade era conduzida de uma forma mais organizada e socialmente mais selectiva.

Paradoxalmente, a legitimação da coexistência social do exercício formal e informal da ajuda, criou as condições para que politicamente se tivesse assistido a um gradual incremento da fragmentação do processo de diagnóstico e tratamento das situações de pobreza, assim como ao desgaste da aura religiosa que vinha envolvendo a figura do pobre. Isto permitiu, ainda, a emergência de uma outra perspectiva de avaliar económica e politicamente a pobreza enquanto conduta social.

Esta nova perspectiva, conduzida pelo poder político dominante que se afirmou em sintonia com a evolução da postura religiosa tradicionalmente utilizada na interpretação sócio-ideológica da produção das desigualdades económicas, traduziu-se, concretamente, na proibição do uso da mendicidade como modo de vida para todos aqueles considerados como capazes para o trabalho, tal como aconteceu em Portugal com a publicação da Lei das Sesmarias, das Ordenações Manuelinas e Afonsinas.

Consequentemente, as estratégias de intervenção social passaram a sentir a necessidade de se renovarem, de forma a que o processo de ajuda pudesse adequadamente responder, sem que se desvirtuasse, à pluralização dos interesses - económicos e religiosos - subjacentes ao processo de dominação. Na prática, o que realmente aconteceu foi promover a articulação dos interesses do processo de dominação económico com as necessidades de reprodução do poder religioso. Daí que, o poder político tivesse passado a utilizar o discurso caritativo como meio de reforçar os laços entre a Igreja Católica e a Sociedade civil e se tivesse envolvido na renovação das relações sócio-ideológicas entre as diferentes entidades dominantes com a sociedade.

Assim, e como forma de controlar uma progressiva laicização do quotidiano da vida

social, provocada pelo enfraquecimento do teocentrismo e por uma perda de fecundidade social nas relações de poder, o processo de intervenção social desenvolveu-se então numa linha de evolução na continuidade, dando, porém, uma nova tonalidade política ao seu discurso e uma outra configuração ideológica às estratégias de intervenção.

É, precisamente, neste contexto de mudança no ethos das estratégias de intervenção que emergiu a valorização do fazer o bem. Projectado por via do discurso religioso foi-se transformando, no entanto, numa espécie de arte social exercitada só por alguns no âmbito das confrarias e a que só tinham acesso aqueles que eram seleccionados como objecto de intervenção por parte destas organizações. Os seus beneficiários eram normalmente os segmentos da população que deveriam ser objecto prioritário de um processo de manutenção religiosa e de uma intervenção social que era vulgarmente conduzida de forma isolada.

Perante esta selectividade introduzida no campo da prestação de serviços na área do social, sintomaticamente os indivíduos deixaram de ser vistos simplesmente como pobres, para passarem a ser particularizados de acordo com a vivência da sua situação, ou seja, o serem pobres, doentes, órfãos, presos, inválidos, etc.

Esta nova realidade conceptual de pensar a pobreza de forma a incutir um perfil beneficente ao modelo de protecção social, precipitou uma renovação ideológica nas estratégias de intervenção e de ajuda social.

Na prática, este processo de transformação da identidade ideológica da ajuda social, que promoveu a passagem do modelo de protecção social de uma fase caritativa para uma fase beneficente, estimulou a redução dos processos de reforço do amorfismo utilizados no tratamento de situações de maior vulnerabilidade e abriu espaço à legitimação de uma forma de intervenção que fez emergir a heterogeneização da gestão da realidade observável.

Todavia, e numa fase embrionária de construção do modelo beneficente, não se architectou para o fenómeno da pobreza uma grande ruptura no seu tratamento político e social. Este vai continuar a ser ideologicamente dimensionado de acordo com os códigos sócio-religiosos utilizados na sua sociabilização. Igual atitude é também aplicada aos processos de desadaptação gerados por situações de invalidez e de deficiência física ou mental.

A gestão dos custos sociais quer da pobreza, quer das restantes situações que viviam em paredes meias com a pobreza, é liminarmente assumida pelo colectivo social ou por via da caridade e da solidariedade, ou ainda pelos particulares que pretendendo assegurar a tranquilidade da sua vida extra terrena faziam doações e testamentos às organizações sócio-religiosas institucionalmente vocacionadas para fazer o Bem.

Em contrapartida, para os problemas sociologicamente associados a situações geradoras de algum mal-estar social, como, por exemplo, tanto a lepra, assim como a prostituição, foram criados meios institucionais específicos que serviriam de resposta a estas situações concretas, tais como, as gafarias e as casas das convertidas.

Conjuntamente, a institucionalização deste tipo de respostas, legitimou e enfatizou o crescimento da via institucional como mecanismo de regulação dos fenómenos sociais mais difíceis de serem controlados por via das vulgares relações de familiaridade consanguínea ou social. A sua consolidação enquanto forma de atenuar a visibilidade de certas problemáticas sociais, abriu então espaço a uma utilização acele-

rada da via institucional como mecanismo de regulação das desigualdades. Nesta medida, as instituições sociais passaram, assim, a funcionar como um eixo complementar de apoio ao modelo dominante de protecção social.

Sem negar a sua vocação participativa, foi instituída, desta forma, uma segmentação no tipo de respostas sociais que a sociedade organizou para combater a pobreza e o isolamento. Por um lado, mantinham-se as práticas caritativas que serviam para espiritualizar e fulanizar a ajuda; por outro lado, passaram a existir instituições próprias destinadas a construir uma alternativa de modelo ao exercício tanto da caridade, como da beneficência.

Foi, exactamente, neste próprio contexto de renovação do sistema de protecção social baseado no surgimento das instituições como elemento público da produção da caridade cristã e da beneficência, que se projectaram as gafarias, os hospitais, as mercearias, as casas das convertidas e as albergarias. Segundo Correia (1944:361), em Portugal, as instituições de carácter social desenvolveram-se sob a influência das experiências nesta matéria realizadas em Espanha, França e Itália. A título de exemplo, o mesmo autor refere que, durante este mesmo período histórico, foram criadas no nosso país 77 gafarias. A sua distribuição geográfica era mais expressiva na região de Entre Minho e Douro, Estremadura, Beira Alta, Beira Litoral e Centro Alentejo, do que em Trás-os-Montes, Beira Baixa e Baixo Alentejo.

DA BENEFICIÊNCIA À ASSISTÊNCIA

No período histórico que acompanha o processo de legitimação do vector institucional enquanto elemento mediador utilizado na gestão dos problemas de carácter social, pode-se, efectivamente, verificar que toda a dinâmica que foi incrementada no apoio aos mais desprotegidos favoreceu a afirmação política de uma estratégia de regulação das distorções sociais que, por sua vez, se sedimentou na base da prossecução de um modelo de protecção social de raiz religiosa, conduzido por via institucional e não institucional e posto em prática por um conjunto de actores que a pretexto de exercitarem a moral cristã fomentaram uma cultura de intervenção singularizada pelo facto das relações de consanguinidade afectiva e social e as práticas caritativas consumadas por via formal e informal se terem transformado em verdadeiros elementos galvanizadores do processo de ajuda.

Indirectamente, esta mesma estratégia fez com que o poder político se sentisse ideologicamente não obrigado a ter uma atitude mais firme no campo da gestão do social. Porém, a articulação entre o valor socialmente atribuído às questões relativas à precariedade social e a capacidade do sistema em controlar o processo de reprodução dessas mesmas precariedades, promoveu um equilíbrio concertado entre o sistema formal e informal de ajuda social, o qual se desactivou a partir do momento em que se começaram a processar modificações significativas nalgumas das peças basilares onde assentava a engrenagem do sistema de funcionamento do modelo dominante de protecção social.

Daí que perante o progressivo crescimento do fenómeno de pauperização que caracterizou o percurso histórico da evolução e da degradação do sistema feudal, tenham emergido certas dificuldades no processo de regulação do equilíbrio social. Deste

facto, resultou uma alteração na postura do poder político relativamente a estas questões.

Num primeiro momento, o próprio poder político limitou-se exclusivamente a avançar sobre alguns dos aspectos da pobreza que dificilmente poderiam ser controláveis por intermédio da simples alçada dos mecanismos de gestão sócio-espirituais. Assim, e de forma a não interferir de imediato com um conjunto de susceptibilidades de ordem religiosa, projectou - investindo na vertente sócio ideológica que envolvia as questões pragmáticas da pobreza -, uma actuação que estava politicamente interligada aos próprios interesses económicos do sistema dominante. Acarinhando religiosamente a pobreza sem a desvirtuar economicamente, incrementou um tratamento heterodoxo da mesma o qual, por estar sustentado no valor político da sua importância económica, assentou numa enfatizada distinção dos pobres no universo social da pobreza.

Isto é, para os indivíduos incapazes para o trabalho, ou que trabalhando não conseguiam assegurar uma desejada autonomia económica, continuou a ser promovida uma postura social objectivada na compreensão e no carinho. Mas para a pobreza resultante de uma não integração ao nível do processo produtivo, e dado se considerar que a prática da mendicidade por pessoas fisicamente úteis para o trabalho não era senão um modo de vida ideologicamente pecaminoso por estimular a preguiça social, foi inventado um tratamento social que se particularizou por ser descapitalizado na sua natureza religiosa e por ser politicamente discriminatório.

Esta separação criada ao nível do tratamento social da pobreza deu lugar à criação de uma distinção moral entre 'pobres de Deus', considerados estes socialmente como de verdadeiros pobres, sendo que a sua gestão era conduzida por intermédio da caridade e da beneficência social, e os 'pobres do Diabo', avaliados politicamente como de falsos pobres e cuja gestão era conduzida por via coerciva.

Simultaneamente e perante a heterogeinização do processo de ajuda social gerada pela diversificação na fonte da sua produção e pelo progressivo desfazer social do protagonismo da Igreja Católica provocado pela separação entre poder temporal e espiritual, assistiu-se, no momento seguinte, a um avanço progressivo do poder político no controlo do processo de reprodução das desigualdades sociais. Este controlo consubstanciou-se na condução política da laicização da gestão das instituições sociais e na construção ideológica de um partenariado com a sociedade civil que permitiu que esta, sem que retirasse o carácter beneficente ao modelo de protecção social, assumisse um papel mais activo na criação e gestão das instituições sociais, assim como na regulação da pobreza.

Por seu lado, o desenvolvimento desta nova forma política de controlar a visibilidade dos efeitos provocados pela pobreza, impulsionou, num curto espaço de tempo, a construção de uma nova etapa na vida social do processo de gestão deste fenómeno, que se qualificou pela sua desvalorização espiritual, por uma fragmentação no tratamento destas situações e pela formação de uma parceria institucional no seu controlo.

Toda esta transformação no universo político da gestão do social, criou as condições que promoveram uma renovação pacífica no sistema de protecção em toda a Europa, e que em Portugal está relacionada com a reforma das pequenas instituições sociais - hospitais, confrarias, gafarias - responsável pela fundação, em Lisboa, do Hospital de Todos os Santos (1492) e da Irmandade da Misericórdia de Lisboa (1498).

Esta renovação no tecido institucional do sistema de protecção social dominante que se objectivou no facto do sistema de ajuda ter passado a reflectir uma maior preocupação para com a articulação entre o crescimento institucional e o aumento não assistido da mendicidade, da orfandade, da viuvez e da invalidez, conduziu, ao mesmo tempo, a uma recriação nas respostas aos problemas sociais que até à época se caracterizavam por uma fluidez estrutural.

Por tal, a conjugação entre a renovação do tecido institucional e a recriação das respostas aos problemas sociais, produziu inevitavelmente alterações significativas no modelo de controlo dos problemas de carácter social. Contudo, se por um lado o processo institucional de ajuda social sofreu algumas transformações procedentes da sua adequação ao desenvolvimento da beneficência como forma ideologicamente actualizada de exercitar a caridade, por outro lado, a entreajuda e a caridade continuaram a ser reproduzidas tal como tinham sido socialmente concebidas e de acordo com a capacidade de resposta dos indivíduos, dos grupos e das comunidades. Espontaneamente, formaram-se, então, três coordenadas de intervenção ao nível da gestão das desigualdades, ou seja: a entreajuda, a caridade e a beneficência, que podiam ser exercitadas isoladamente ou em simultâneo e tornadas em práticas parcelares ou complementares.

No entanto, enquanto as práticas sociais de entreajuda e de caridade se mantiveram sintonizadas com as suas características de raiz, as práticas de beneficência passaram a tender para uma perda de homogeneidade da sua estética social. Esta realidade está na origem do facto do seu exercício ter começado a estruturar-se mediante uma forma aberta e uma forma dirigida. Isto é, ou veiculada por intermédio de movimentos sociais - donde resultou o surgimento do voluntariado feminino tal como o que foi organizado, por St.º Vicente de Paulo, em 1617, em colaboração com Luísa de Marillac sob a designação de Damas e Filhas da Caridade -; ou então canalizada por via institucional respondendo, no âmbito da própria finalidade institucional, às solicitações sociais conduzidas pela procura às instituições de ajuda - tal como aconteceu com o Hôpital Dieu em Paris e o Hospital de St.ª Maria Nova de Florença, em Florença.

Mas, se ao nível da Europa a estratégia de intervenção social estava ligada a uma capitalização das capacidades asilares das instituições na resolução dos problemas de exclusão, no incutir de uma perspectiva beneficente ao modelo de protecção social de forma a desfigurar o seu estigma caritativo e por levar à prática um investimento no controlo da pobreza através de uma municipalização da política de ajuda aos pobres, em Portugal, a evolução do sistema de ajuda social sustentou-se basicamente num reaprofundamento da dinâmica institucional das misericórdias que passaram então a congregar a dimensão asilar, com o processo de municipalização no tratamento da pobreza e com a valorização ideológica da vertente beneficente.

Na prática, se no âmbito da Europa a tendência interventora se consubstanciou num processo de desmultiplicação e de laicização das fontes de produção institucional da ajuda, em Portugal, pelo contrário, assistiu-se a uma concentração do exercício institucional de ajuda nas estruturas laico-religiosas existentes, como era o caso específico das Misericórdias que já ocupavam um papel privilegiado no sistema social da ajuda aos grupos mais desfavorecidos.

Arquitectaram-se, assim, duas formas sócio-políticas de levar à prática o reequacionamento do funcionamento do processo de ajuda social. Uma, que passou

por um propósito político de desfigurar o arquétipo assistencial e onde se integravam novas experiências em matéria de ajuda, tais como:

- a distribuição de refeições e auxílios materiais criado, em 1522, na cidade de Nuremberga com a denominação de ‘Pão dos Pobres’;
- a política organizada de assistência municipal aos pobres adoptada na cidade de Ypres, em 1525;
- o sistema de distribuição semanal de pão instituído em 1527, na cidade de Veneza;
- o imposto para os pobres cobrado em 1528 em cada uma das paróquias de Veneza com o fim de se assegurar a manutenção dos asilos dos pobres;
- o imposto para pobres criado em França, no ano de 1525, destinado à realização de um programa social fundado no princípio segundo o qual cada cidade se deveria tornar responsável por prestar um serviço organizado de auxílio aos seus pobres;
- a fundação, em 1534, em Lyon, do ‘Aumône Générale’, com o objectivo de realizar o levantamento prévio do fenómeno local da pobreza, de organizar visitas domiciliárias aos pobres, de encaminhar os doentes para os hospitais e de exercer a distribuição de bilhetes aos pobres os quais davam acesso, em dias fixos, a auxílios em espécie;
- a constituição, em 1544, na cidade de Paris, dos ‘Bureau des Pauvres’ e em 1555 do ‘Grand Bureau’ que funcionava como um conselho de obras sociais e como órgão de tutela das companhias da caridade vocacionadas para recolher donativos;
- a criação, em 1623, do Serviço dos Pobres em França;
- e a publicação, no ano de 1525, em Espanha, de um regulamento que fixava os princípios de ajuda aos pobres e definia os métodos de acção das instituições de assistência.

Outra, que se caracterizou por não ser mimética nem plagiária das novas alquimias assistenciais, mas sim por ser reprodutora da evolução na continuidade das estratégias de ajuda social.

Especificamente, no caso português, a estética do modelo de acção social durante este mesmo período histórico particularizou-se por uma descorporativização religiosa da gestão do social contraditoriamente acompanhada por um crescimento singular das misericórdias. Segundo dados fornecidos por Correia (1944:581), no espaço temporal que medeia entre a institucionalização pela Rainha D. Leonor, da Misericórdia de Lisboa e o ano da morte da sua fundadora (1498-1525), foram criadas na sociedade portuguesa 60 novas misericórdias.

Sustentadas numa moral social, as misericórdias orientaram a sua acção em função das características dos problemas existentes. Deste modo, e paralelamente à assistência e à ajuda aos enfermos vão igualmente intensificar o apoio social aos pobres, órfãos e inválidos. Este redimensionamento da sua acção reforçou o seu protagonismo no campo da acção social e projectou um novo habitat assistencial que para além de reforçar a capacidade interventora da sociedade civil, estabeleceu também uma nova interface na estrutura organizativa do modelo de protecção social.

Na prática, estas alterações traduzem a forma política encontrada para consubstanciar a perspectiva do poder dominante relativamente às questões fundamentais que diziam respeito ao funcionamento orgânico do sistema de protecção social português e, ainda, ao processo que se devia utilizar para amenizar a insuficiência

demonstrada pela sociedade civil em manter, de forma sustentada, o exercício social das práticas de beneficência.

Contudo, e de acordo com os dados avulsos recolhidos em Correia, (1944), pode-se concluir que a fase de vida da institucionalização desta estratégia de intervenção social, reflecte alguns sintomas de arritmia de crescimento. Se há anos em que a criação das misericórdias é bastante significativa como é o caso de 1498 e 1500, por outro lado, anos há, em que é menos significativa, tal como aconteceu em: 1499, 1551, 1516 e 1520, ou então rudimentarmente expressiva no contexto dos anos de: 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, 1509, 1514, 1518, 1524, ou, ainda, mesmo inexpressiva, tal como aconteceu em 1506, 1507, 1508, 1515, 1517, 1522 e 1523.

No entanto, se tivermos em linha de conta a sua distribuição geográfica no ano de 1524, logo se constata que o seu processo de institucionalização no nosso país não é um fenómeno de carácter circunscrito e formalmente concentracionário. A sua dispersão por todo o território português faz denotar uma descentralização institucional e uma preocupação estratégica em pôr em prática um plano de acção social que directamente respondesse à real latitude vivencial das situações sociais concretas e mais agudas.

O carácter não centralizador que acompanha e caracteriza a fase de vida de legitimação e de afirmação institucional das misericórdias portuguesas, traduz uma atitude institucional que serviu para assegurar o seu crescimento institucional e o reconhecimento da sua importância, também justificada pelos níveis de procura e consumo dos seus serviços. Viabilizou, ainda, a projecção da sua capacidade de construção de mecanismos importantes e necessários para, sem fazer perigar a densidade social da sua figura histórica, garantir a sua própria metamorfose institucional.

Esta descontinuidade existente na relação entre a dinâmica de crescimento institucional das misericórdias portuguesas e a involução na influência da Igreja Católica sobre o processo de legitimação das formas de dominação social, revela que independentemente das movimentações operadas na ordem política a laicização das instituições promoveu contraditoriamente o reforço do seu poder na gestão do social. Este reforço permitiu-lhes articular os seus compromissos religiosos com o evoluir da realidade social e dos comportamentos políticos. Criou-lhes, simultaneamente e sintomaticamente, a possibilidade de determinar, de uma forma segura, o seu papel histórico no sistema de regulação das situações de pobreza e de exclusão social.

Porém, o processo de legitimação do sistema de protecção social protagonizado por via das misericórdias, fez com que estas se tivessem imposto como interlocutoras activas na definição de um quadro social através do qual seria incentivado um sistema de convivência entre os distintos interesses dos diferentes grupos sociais.

Para o efeito, as misericórdias estabeleceram um conjunto diversificado de medidas de apoio social que poderiam ser usufruídas por todos aqueles que delas necessitassem – doentes, pobres, órfãos, etc. - e transformadas em processos sociais de interacção por quem se sentisse motivado para agir sobre a sociedade participando na modelagem estética do processo de intervenção social – elementos da elite social, da comunidade religiosa e também os voluntários. Ao utilizarem o princípio da sustentabilidade da vida social e do cumprimento do prazer da acção, subsidiaram uma certa tranquilidade na relação de quotidiano da sociedade civil com o poder económico e político.

A afirmação desta sua apetência institucional para uma intervenção no domínio da dispersão dos conflitos fez, com que as misericórdias, tivessem garantido o reconhecimento das suas competências ao nível do processo de socialização das desigualdades sociais.

Daqui resultou, não só uma consolidação da qualificação institucional das misericórdias para o exercício do papel de mediador dos antagonismos de ordem social, mas também, a valorização do seu mérito institucional.

Devido, ainda, à sua facilidade em articular, com alguma plasticidade, as orientações do modelo de protecção social com as práticas culturais e as necessidades sociais, as misericórdias conseguiram, por este meio, reforçar a importância do seu papel na representação simbólica da combinação prática entre o económico e o social. Portanto, conferiram às suas práticas de ajuda uma dimensão própria consoante o contexto da acção em que se desenvolviam.

Por seu lado, a adopção desta atitude não estática facilitou-lhes a aquisição da precisa segurança para enfrentarem as dificuldades provocadas tanto pelas diversas crises políticas por si atravessadas, como pelas influências exteriores exercidas sobre o modelo de protecção social português que estiveram na origem da promulgação, em 6 de Abril, de 1835, do Conselho Geral de Beneficência Pública.

Na realidade, a adaptação das nossas misericórdias às transformações político-económicas da sociedade portuguesa não era uma novidade. Processo idêntico tinha sido já anteriormente experimentado pela generalidade das instituições sociais europeias pelo facto das relações capitalistas terem passado a ocupar um espaço privilegiado na sociedade da época.

Por sua vez, todas as instituições de raiz beneficente que ao nível da Europa tinham desenvolvido um papel activo na gestão das desigualdades sociais, estavam tradicionalmente habituadas a conviver com um processo político de relativização económica da pobreza. No entanto, perante o crescimento do capitalismo, tiveram que passar a encarar a pobreza como um fenómeno também urbano, que retratava as contradições que caracterizavam o desenvolvimento capitalista, e que se materializavam quer em situações de segregação social produzidas pelo desenraizamento dos camponeses vindos para as cidades em procura de melhores formas de vida, quer por um agravamento das situações de pobreza originadas pela precarização das condições de vida e de trabalho dos operários.

Claro está que perante esta nova realidade social desencadearam-se significativas mudanças no processo de dominação. Assistiu-se a um alargamento da intervenção institucional a novas realidades sociais, da mesma maneira que se descaracterizou o perfil interventor do protagonismo religioso e se desvalorizou ideologicamente o papel social da sociedade civil na regulação das desigualdades sociais. Porém, não obstante se terem tornado politicamente mais inexpressivas as competências da Igreja e da Sociedade Civil em matéria de gestão dos problemas sociais, o poder político, contraditoriamente, delegou a responsabilidade do exercício social da distribuição dos auxílios sociais nas entidades consideradas, por si mesmo, mais vocacionadas para o efeito, isto é, a própria Igreja e a Sociedade Civil. Independentemente deste facto, criou novas regras para a distribuição de auxílios sociais. Só deveriam ser ajudados os velhos, inválidos e doentes com dificuldades evidentes de se poderem socorrer das relações de solidaria-

de para controlarem as suas necessidades de sobrevivência física e social. Os desempregados esses deveriam procurar trabalho e os que não trabalhavam, bem como os que não queriam trabalhar, estes deveriam ser socialmente integrados através de uma inserção obrigatória no processo produtivo. Deste modo, o trabalho passou a ser o instrumento privilegiado do capitalismo para pôr em marcha um plano estratégico de inserção social dos pobres.

No imediato, a legitimação desta política de utilização do trabalho como instrumento de inserção social do pobre acabou por pôr fim ao modelo feudal de gestão dos problemas relacionados com a pobreza.

Por conseguinte, a dimensão caritativa e beneficente que tinha duradoiramente aureolado o processo de intervenção social, passou, então, a ser ideologicamente substituída. Em contrapartida, projectou-se a visão capitalista da gestão do social que se sustentou num aprofundamento da dicotomização das respostas sociais encontradas para legitimar a distinção entre pobreza voluntária e involuntária.

Nesta nova perspectiva capitalista de gestão da pobreza, os custos sociais da pobreza involuntária deveriam ser integralmente suportados pelo colectivo social. Para o efeito reinventou-se o conceito de obrigação social de ajuda aos pobres, a qual se sustentou na transformação da tradicional obrigação religiosa numa obrigação ética e moral. Porém, e no que diz respeito aos pobres voluntários, o comportamento político distinguiu-se, não na sua substância, mas sim, na forma como dirigiu a sua actuação ao nível do controlo destas situações. Assim, enquanto no quadro do sistema absolutista assumiu politicamente a liderança directa do seu controlo social – como, por exemplo, aquele que foi feito através das *workhouses* – no âmbito do sistema democrático este processo foi indirectamente conduzido de forma a que a comunidade religiosa e as elites sociais fossem politicamente condicionadas a porem em prática um papel activo na gestão e na reprodução das desigualdades sociais, tal como aconteceu com o trabalho interventor conduzido por via dos *settlements* ingleses.

Modelado segundo interesses económicos muito sintomáticos, este novo modelo de gestão social capitalista diferenciou-se do modelo anterior por centralizar, no poder político, a gestão das estratégias sociais que permitiam assegurar, tanto a reprodução do sistema económico, como as transformações desencadeadas na prática do quotidiano das camadas da população mais desfavorecida.

Todavia, o facto da sedimentação sócio-política deste novo modelo de gestão da pobreza ter sido acompanhada por um defraudar das expectativas criadas em torno da ideia de que uma mudança do sistema económico poderia eventualmente resolver os problemas dos mais desfavorecidos, despertou em certos grupos da elite social e intelectual uma consciência crítica relativamente ao exercício do processo de dominação que caucionava a política selvagem de hegemonização capitalista.

Portanto e sem que fosse posto em causa o paradoxo em que se fundamentava o conceito de igualdade assente na defesa da propriedade privada e, por outro lado, se menosprezassem as capacidades do sistema capitalista em activar mecanismos que permitissem desfigurar as suas estratégias de dominação, despoletaram certas atitudes político ideológicas que se caracterizaram pela sua transformação numa espécie de consciência crítica do sistema capitalista.

Resultante desta dinâmica de reflexão sobre as contradições do sistema dominante emergiu socialmente uma tomada de consciência política sobre a necessidade de serem postas em prática medidas concretas que possibilitassem uma reconversão da imagem sócio-política do processo de dominação, que se tornou mais consistente perante: a divulgação do pensamento de grandes figuras públicas ligadas às ciências sociais – nomeadamente, Montesquieu, Adam Smith, Stuart Mill, Malthus, Comte e Durkheim, – a projecção das posturas dos reformadores sociais empenhados em sensibilizar a opinião pública para as profundas situações de pobreza existentes na época e a divulgação de alguns escritores como Charles Dickens e Victor Hugo que, através da escrita, descreviam e denunciavam o quotidiano de vida dos pobres da época.

Toda esta centralização de atenções sobre o problema da pobreza, levou a que a sociedade civil, depois de ter perdido todas as expectativas sobre a possibilidade do sistema económico transformar o quotidiano daqueles que dependiam da venda da sua força de trabalho, tivesse deixado de protagonizar um manifesto comportamento do tipo da ‘avestruz’ que se traduzia, nomeadamente, numa real ausência de um posicionamento sobre as questões sociais que dificultavam a promoção de uma estratégia de coesão social.

Mas, logo que saiu deste estado artificial de ‘hibernação’ política, a sociedade civil deparou-se, não só com a necessidade de enfrentar esta realidade, mas também com a possibilidade do problema de degradação das condições físicas dos trabalhadores - criado pelo próprio processo de degradação intensiva da força de trabalho e um não controlo político do problema da pobreza - poder pôr em risco o próprio processo de reprodução e hegemonização do capitalismo enquanto sistema económico dominante.

Esta situação ao ser complementada por um processo de conscientização e de politização de todos aqueles que viviam dependentes do mercado de trabalho, bem como por um processo social de afirmação da defesa dos interesses de classe e ainda pela divulgação de diferentes estudos sobre a pobreza e as condições sociais de vida dos trabalhadores – como sejam *The State of the Poor* (1789) de Frederic Morton Edem; *The Two Nations* (1845) de Disraeli; *London Labour and London Poor* (1850) de Henry Mayhew; *Condition of the Working Class in England in 1844* de Engels; *O Capital* de Marx (1867) e *Suicídio* (1888) de Durkheim – precipitou, politicamente, um sentimento de inevitabilidade do poder dominante em ter de modificar a sua estratégia de regulação social dos conflitos.

No contexto deste cenário de reequacionamento das estratégias de dominação importantes para a reprodução do capitalismo, produziram-se algumas modificações no exercício do modelo capitalista de gestão do social. Isto é, o poder político foi abandonando progressivamente a sua postura de mero espectador do processo de mudança social. Contudo, não assumiu imediatamente um papel muito participativo na gestão do quotidiano dos mais desfavorecidos, actuou fundamentalmente fazendo uso das suas competências políticas em matéria legislativa para intervir no controlo dos problemas sociais. Daí a explicação para a publicação, como aconteceu em Inglaterra, no ano de 1788, da Lei dos Limpa Chaminés, vulgarmente conhecida pela Lei dos Meninos Escaladores, assim como a Primeira e Segunda Lei de Fábrica de 1802 e 1819, respectivamente, e a própria Lei de Saúde Pública promulgada, em 1848, por Edewin Chadwick.

Na prática, o poder político interviu essencialmente no quadro do processo de regulação das relações de produção. Relativamente ao domínio do processo de reprodução da força de trabalho, deixou à sociedade civil a competência e a obrigação de gerar novas dinâmicas internas que lhe permitisse actuar como parceiro principal no processo de recuperação do tecido social.

Em face desta realidade e no quadro de um espaço ideológico determinado por interesses ligados tanto a uma moral religiosa, como a uma moral social, emergiram diferentes iniciativas constituídas como estratégias de intervenção social que, como diz Sedas Nunes (1992: 269), podem ser identificadas *como um rito de bem-fazer exercitado para redimir a alma ou, então, como um meio de tranquilizar a consciência social daqueles que gozavam de conforto material, mas que se sentiam perturbados pelo desconforto dos que nada tinham.*

Foi neste mesmo contexto de reconceptualização do processo de intervenção social, que foram então dinamizadas as iniciativas institucionais que estão na origem da afirmação do filantropismo enquanto vector de promoção de uma vontade em activar um modelo inovador de intervenção social. No entanto, para ser inovador, teria necessariamente de se distanciar do modelo já anteriormente experimentado. Por isso mesmo, a construção de um novo modelo de protecção social deveria ser despojado dos diferentes apanágios conservadores de índole caritativo/beneficente que tinham caracterizado o modelo de protecção social até então posto em prática. Mas visto a situação social vivida pela população carenciada ser indubitavelmente o centro das preocupações sociais e políticas, a construção de um novo modelo de intervenção não poderia estrategicamente investir numa vertente promocional das condições de vida desta camada de população, desinvestindo na vertente assistencial.

Neste sentido, a criação de um novo modelo de acção social teve obviamente de utilizar a ajuda e a educação social como meio para disciplinar os valores e os comportamentos dos mais desfavorecidos.

Deste empenho em dar uma nova orientação político ideológica às práticas de ajuda social, foi criada uma alternativa de intervenção que independentemente de não resolver os problemas de ordem estrutural, não impedia, no entanto, que se criassem respostas às necessidades consideradas tangíveis e que se articulavam com as reivindicações existentes. Desenhou-se desta forma o modelo assistencialista de ajuda social, que se particularizou por relativizar os conflitos de forma a garantir a preservação dos privilégios. Para tal, conjugava uma vertente paliativa com uma vertente promocional. O importante era prestar ajuda a quem necessitasse sem que se perdesse de vista a importância de promover melhores condições de vida para os mais necessitados. Como resposta política gerou-se o conceito de bem-estar-social e de padrão social de vida. A criação destas referências sociais e económicas, fizeram com que tivessem sido estabelecidos princípios de dignidade humana e legitimado o reconhecimento público ao direito à ajuda como uma forma de cobrar uma dívidada sociedade para com os mais desfavorecidos. Criou-se, deste modo, uma outra forma de perceber, não só o exercício social da ajuda, mas também o recurso ao próprio processo de ajuda. Ou seja, pragmatizou-se o sentido político que estava escondido na penumbra do modelo beneficente. Ajudar passou a ser entendido como uma prática social que revestida de uma dimensão humanista, funcionava como meio de promover uma cultura de coesão social.

Paradoxalmente, na fase constitutiva destas novas linhas de orientação atribuídas ao modelo assistencial, os paradigmas caritativo e beneficente foram ideologicamente preservados apesar de terem sido desvalorizados. Houve a necessidade circunstancial em socialmente se manterem anestesiadas estas formas clássicas de exercer a ajuda. A sua capitalização passaria a ficar dependente do valor das suas mais valias políticas e ideológicas e das mudanças operadas no universo das entidades sociais que espontaneamente ou organizadamente participavam na gestão dos problemas sociais.

Consequente a toda esta dinâmica de renovação ideológica do processo de ajuda social, surgiu um movimento de recriação institucional das organizações de ajuda, donde resultou a institucionalização:

- das Conferências Vicentinas, em 1833, por Frederico Osanan;
- das Catholic Charities, em 1869, por Henry Solly;
- do primeiro centro social fundado em Londres, em 1824, por Cannon Barret e Arnold Toynbee;
- do Centro Social Toynbee Hall, criado, em 1884, pela mão de Samuel Barnet e Octávia Roulard.

Por força das circunstâncias e pelo facto de se pretender dar uma nova orientação de teor mais dinâmico e pragmático ao modelo de ajuda assistencial, estas organizações vieram a se transformarem em verdadeiros laboratórios sociais. Foi a partir delas que se desenvolveram os primeiros estudos estatísticos e sociológicos sobre a pobreza, se experimentaram métodos e técnicas de investigação social e se puseram em prática novas estratégias de intervenção social. Transformar as desigualdades sociais em desigualdades naturais, constituiu-se então no objectivo a que se propunha a moral social caucionada cientificamente pelas correntes interessadas em inventar um novo conceito legitimador do processo de dominação económica.

Por seu lado, o desenvolvimento acentuado desta estratégia de regulação das distorções sociais pelo facto de ter sido acompanhado pelo crescimento de um movimento reivindicativo conduzido por mulheres oriundas da classe dominante que estavam politicamente empenhadas em lutar a favor do direito ao direito, potencializou o processo em marcha de reanimação do sistema de protecção social e abriu espaço à promoção do exercício social do trabalho voluntário em organizações assistenciais.

Isto porque, o exercício social do voluntariado nestas organizações apresentou-se como uma alternativa não só para a resolução da falta de recursos humanos que condicionava o crescimento da intervenção levada a cabo pelas instituições sociais, mas também para as ambições das próprias mulheres em publicamente demonstrarem a sua capacidade em conciliar casamento, maternidade e trabalho com a revalorização da sua imagem social.

Em termos do processo de dominação, toda esta intenção político-social em legitimar a revalorização da imagem da mulher de elite, assumiu-se num meio ideal para pôr em prática uma política de reprodução dos quadros de referência cultural e moral da classe dominante, aspecto este fundamental à criação de um sistema de representações e condutas que conduzissem a uma desqualificação do modo de vida da classe operária.

Desta articulação de interesses entre o processo de dominação e as aspirações das mulheres em demonstrar que marido, filhos e trabalho eram uma possibilidade real e

acessível a todas as mulheres desde que cumprissem determinados requisitos, da necessidade de racionalização dos recursos materiais e humanos das instituições sociais, da tendência para um aprofundamento dos saberes sociais e do crescimento significativo do voluntariado social, emergiu a necessidade de se qualificar o pessoal voluntário que trabalhava no campo da acção social.

Reconhecida esta necessidade, avançou-se para uma fase seguinte que está relacionada com a criação dos primeiros Cursos de Verão para voluntárias, realizados em Inglaterra, nos finais do século XIX, e por intermédio dos quais foram fornecidos conhecimentos que, sustentados na valorização da moral cristã como referência dos valores ético-morais orientadores da intervenção social, habilitavam as voluntárias para, estrategicamente, utilizarem a reabilitação do casamento e do trabalho no desenvolvimento de uma actuação mais manipuladora e ideologicamente mais consistente na esfera da prestação da ajuda social.

Todas estas transformações de ordem ideológica que se foram produzindo no campo da intervenção e ao nível das formas e das práticas de ajuda social, favoreceram a sedimentação do perfil assistencial que se vinha fortalecendo em consonância com o crescimento do sistema capitalista de protecção social. Daí que se tenha verificado que o exercício da ajuda social tivesse passado a ser orientado em função de uma lógica moralista, em que o critério da prestação de ajuda, nomeadamente, a ajuda financeira, obedecia ao cumprimento de diversos requisitos por parte daqueles a quem ela tinham recorrido, tais como, a certidão de casamento, o registo de filhos, o recibo de salário e o atestado de pobreza. Ou seja, só se deveriam gastar energias políticas e sociais com todos aqueles que merecessem ser ajudados porque tinham socialmente demonstrado, pela sua disponibilidade para o trabalho e pela sua adaptação ao processo de dominação, serem capazes de merecer essa mesma ajuda.

Na prática, as novas dinâmicas paliativas e promocionais geradas no interior do processo de ajuda social levaram à constituição de diversos eixos de intervenção. Um mais ligado à promoção social e de vida das populações desfavorecidas. Outro mais ligado à ajuda social, moral e económica. E outro ainda, de carácter educativo, que para além de incluir informação em matéria de educação, saúde e higiene, avançava para uma vertente administrativa e burocrática que a racionalidade tecnológica em desenvolvimento acabava por impor.

Com estas transformações operadas no universo do processo de intervenção, esvaziou-se o tradicional teor doutrinário que ideologicamente estigmatizava o sistema de protecção social. A sua pragmatização gerou a necessidade de criação de serviços e de profissionais que pudessem ter um papel devidamente activo na dispersão dos conflitos. Por seu lado, a formação de uma variedade de serviços de índole social tornou o sistema de protecção social mais complexo e, por isso mesmo, mais pesado e nem sempre muito bem articulado.

As respostas institucionais reflectiam o empenhamento da sociedade e do poder dominante em enfrentar uma realidade social que pelas suas características dificilmente podia ser modificada exclusivamente por via de medidas legislativas ou através do uso de recursos institucionais. Neste processo de regulação do confronto social, a qualidade da relação humana estabelecida nas instituições tornou-se num elemento chave para o sucesso dos próprios objectivos institucionais.

Em face desta realidade surgiu uma proposta de formação de uma escola para o ensino da Filantropia Aplicada. Com a concretização desta proposta foi então criada, nos finais do século XIX, mais propriamente no ano de 1898, a profissão que mais tarde viria a ser denominada como de Serviço Social. Operando a síntese entre a filantropia cristã e o feminismo burguês, esta nova profissão afirmou-se como um novo mecanismo de dispersão dos conflitos e, obviamente, de gestão da pobreza. Definindo-se inicialmente como uma forma sistemática de ajuda, nesta sua fase inicial de vida institucional direccionou a sua atenção profissional especialmente para o indivíduo e para a família. A questão da pobreza passou assim a ser tratada mediante a prestação de auxílios às famílias e aos indivíduos, de forma a que estes pudessem alcançar ou assegurar um nível mínimo de condições de vida. Os seus propósitos institucionais em torno do processo de reprodução das desigualdades sociais dirigiram-se, essencialmente, sobre os seus efeitos, sem, todavia, procurar controlar as suas formas de transformação. Esta sua relação profissional com a pobreza, que numa primeira instância se foi desenvolvendo de forma sustentada de acordo com a evolução do entendimento político e do equacionamento económico atribuído tanto à noção de bem-estar-social como à noção de padrão de vida, acabou, também, por dar sustentabilidade ao modelo assistencial.

No entanto, a 1ª Guerra Mundial obrigou a algumas mudanças significativas em termos políticos, económicos e sociais. Não são as consequências sociais da guerra (invalidez, viuvez e orfandade) as únicas determinantes na alteração de perspectiva das actuações sociais. Começou-se então a dar conta de que a intervenção centrada apenas na relação indivíduo /meio social se tornava inoperante na apreensão das situações mais globais derivadas de uma fase de transição entre o liberalismo e o intervencionismo estatal. A necessidade de regulação dos novos problemas sociais resultantes de uma nova concepção de racionalidade do trabalho e da produtividade, obrigou a que o sistema de protecção social e o próprio Serviço Social, tivessem deixado de entender os problemas da pobreza e da segregação social numa perspectiva meramente individual

Na sua fase de legitimação entre o ano de 1917 e o ano de 1930, o Serviço Social criou com o sistema de protecção social capitalista uma verdadeira sintonia ideológica na prossecução de uma nova perspectiva de intervenção social em que os grupos de pertença primários e secundários deveriam ganhar uma nova dimensão. Neste contexto, activou o seu papel como corpo intermédio de regulação dos conflitos, sedimentando uma estética profissional de teor assistencialista que alargou a novos campos de intervenção profissional tais como, ensino, habitação, organização local e regional para que, pela actuação por si desenvolvida nestes sectores, pudesse assumir o controlo da pobreza e a promoção da cultura assistencial. A sua finalidade prendia-se com a necessidade de promover uma melhor adaptação dos indivíduos ao seu ambiente social. Para a concretização deste objectivo, e sem que tivesse sido posto em causa o funcionamento da sociedade e o modelo político de gestão do social, foram utilizados métodos e técnicas na construção de um relacionamento ideológico que permitia aos indivíduos, grupos e comunidades enfrentarem, por via da diversidade de instituições de natureza pública e privada dispersas por numerosos campos da acção social, as suas próprias necessidades e resolverem os seus problemas de adaptação a uma sociedade em transformação.

Neste panorama de construção social de um modelo de sociedade em que os feixes de tensão, conflito e contradição eram reduzidos por via de uma estratégia assistencial, o significado da prática profissional dos assistentes sociais revelou-se por meio dos efeitos por si operados na vida social e ainda pela eficácia demonstrada no processo de intermediação promovido no campo das relações das classes sociais com os mecanismos de poder económico, político e cultural. Como actividade que emergiu e se inscreveu na divisão social do trabalho, serviu-se da prestação dos benefícios sociais para abandonar a sua relação de proximidade com a filantropia e para se afirmar como corpo intermédio que deveria articular os interesses homogeneizados que tinham em vista a disciplinarização da força de trabalho, o controlo das suas expressões sociais e políticas e a atenuação dos efeitos morais e materiais do trabalho assalariado.

Por isso mesmo, não se pode considerar que o exercício do assistencialismo por parte do Serviço Social tenha sido um produto da sua vontade própria em se distanciar do caritativismo ou da beneficência. Resultou, simplesmente, de um processo de recriação profissional da sua imagem política, que pretendia afirmar a concepção da prática profissional no quadro da dialéctica existente entre a prestação de benefícios por parte dos grupos dominantes e a conquista de direitos por parte dos grupos dominados. Isto é, não foi o Serviço Social que quis exercer o assistencialismo, foi sim o poder que ao incutir uma mecânica assistencialista ao modelo de protecção social introduziu na sua prática uma essência assistencial. Daí que se tivesse criado uma articulação perfeita entre o sentido político e o sentido pragmático do exercício social da assistência.

Posteriormente, a reestruturação geo-estratégica e económica que se seguiu à 2ª Guerra Mundial obrigou ideologicamente o estado capitalista a reorientar as suas formas de intervenção social e de relacionamento com a sociedade civil. A concretização da democracia social e económica segundo os parâmetros das teorias Keynesianas e do novo entendimento do conceito de cidadão derivado do plano Beveridge, promoveu, tanto o alargamento da cobertura dos riscos sociais, como a fusão do que se considerava o estritamente económico e o estritamente social.

A economização do social e a socialização do económico, fez com que a noção de bem estar se tivesse tornado mais lata, não se confinando apenas a necessidades e contingências dos estratos sociais com menor poder económico. O direito à ajuda social passou a ser consubstanciado numa ideologia que pretendia e pretende promover a igualdade e a solidariedade na erradicação da pobreza.

Mas pelo facto do novo modelo ideológico da protecção social ter passado a estar fundado no dever moral da sociedade em demonstrar solidariedade para com os seus membros afectados pelos efeitos do desenvolvimento económico, o Serviço Social, embora mantivesse as funções que basicamente caracterizavam os seus modelos tradicionais de actuação profissional, viu-se na obrigação de se reger pelo novo entendimento e tratamento político e ideológico dado aos diferentes problemas sociais e muito particularmente à pobreza. Isto porque, a emergência de regimes de segurança social veio permitir delimitar duas zonas de actuação: uma ligada a sectores populacionais colocados nas franjas do mercado de trabalho e de consumo (marginais, delinquentes, pobres absolutos) onde as formas tradicionais de intervenção social se podiam revelar eficazes; outra, situada no quadro da pobreza relativa que impunha o levantamento das necessidades como condição de atribuição de ajuda financeira indirecta - como subsídio de

desemprego, bolsas de estudo, e outras regalias – e que promovia actividades relacionadas com a integração /promoção dos indivíduos mediatizadas na organização de projectos ao nível da terceira idade, dos tempos livres, etc. A evolução do seu posicionamento profissional relativamente aos problemas da pobreza e da exclusão ficou dependente das transformações operadas nas estratégias de intervenção social veiculadas pelo sistema de protecção social dominante.

Numa fase em que o papel do poder político foi profundamente contido em termos sociais, assistiu-se estrategicamente a uma maior representação da sociedade civil e do serviço social no processo de regulação social. Com a progressiva afirmação do poder político na gestão do social, a sociedade civil reduziu o seu protagonismo em matéria de acção social e o serviço social assumiu uma dimensão mais técnica na prossecução política das intencionalidades presentes nas políticas sociais.

Nesta nova etapa do modelo de protecção social capitalista, formou-se uma divisão político-ideológica entre assistência e assistencialismo. A assistência passou a ser entendida como uma via para implementar as políticas sociais que, servindo os interesses da classe dominante e os da classe dominada, asseguravam a qualidade social da força de trabalho necessária à reprodução do capitalismo. Por sua vez, o assistencialismo tornou-se numa forma política de exercer a caridade junto das franjas mais carenciadas e que incutia o imobilismo para distribuir aos despossuídos uma maneira equivocada de oferecer boas intenções de prestar ajuda cristalizando interesses e aspirações em todos aqueles que não participavam activamente no processo produtivo.

Em Portugal, o processo de construção e desenvolvimento de um modelo de protecção social de cariz menos conservador não se diferencia (não obstante assumir algumas particularidades), do modelo global de transformação do sistema de protecção social ensaiado pelos países com um desenvolvimento industrial mais acelerado.

A institucionalização da Casa Pia no século XVIII (1780) e da Beneficência Pública no século XIX (1835), traduziram, na sua essência, um dos primeiros passos para levar à prática um reordenamento na forma política de assumir os problemas sociais, e muito especialmente no que diz respeito à mendicidade. Com a criação destas medidas sociais, passou-se a assistir à activação de um modelo de intervenção social concebido como um processo político de controlo das disfuncionalidades originadas pelo crescimento económico.

Desde a expulsão dos jesuítas que se vinha legitimando a perda da supremacia da Igreja no domínio cultural da gestão do social, o que provocou uma retracção simbólica nos princípios em que se sustentava a produção do modelo de protecção social. Desenhou-se, a partir de então, uma nova perspectiva instrumental de partilha da gestão dos problemas sociais e tornou-se possível a mediação alargada dos desempenhos institucionais em matéria de gestão do social. Foi no quadro desta circunstância histórica que a partir de 1836 se assistiu ao aparecimento de um conjunto de novas instituições sociais vocacionadas para actuar nessa área, como sejam:

- asilos que eram instituições destinadas a prestar assistência aos denominados desvalidos, grupo este constituído por crianças abandonadas, por mendigos, velhos e inválidos;
- casas de correcção para jovens com problemas de integração social;
- creches, dispensários, lactários e estabelecimentos para cegos.

Todavia, o ritmo de crescimento deste tipo de iniciativas ficou dependente das dinâmicas societárias que vieram impulsionar os propósitos das iniciativas privadas protagonizadas pelo voluntariado social.

Já desde 1819, que o voluntariado católico português promovia pontualmente acções domiciliárias de apoio social aos pobres e enfermos. A necessidade de exercitar a solidariedade cristã fora do espaço das misericórdias, abriu oportunidade à reafirmação da virtualidade social deste tipo de práticas de bem-fazer. Neste âmbito, surgiu em 1847 a Associação Nossa Senhora Consoladora e, em 1856, as Servas dos Pobres com o objectivo de dar corpo a um plano de ajuda social concretizado na visita domiciliária aos enfermos e no ensino de raparigas pobres. Este trabalho foi continuado em colaboração com as Conferências Vicentinas que, concomitantemente, participaram no desenvolvimento do aperfeiçoamento das tarefas sociais iniciadas pelo voluntariado ligado à Real Ordem de St. Isabel instituída por D. João VI a pedido da princesa Carlota Joaquina. Em termos de projecto, a finalidade era formar na cidade de Lisboa uma rede de voluntariado social que permitisse assegurar a visita aos pobres e enfermos tanto no seu domicílio, como nos hospitais e mesmo na própria Casa Pia. Por si só, o crescimento do voluntariado social possibilitou, então, o reforço da iniciativa privada em matéria assistencial. Deste modo, e por influências vindas do exterior, estabeleceram-se condições para que no terreno social se projectassem outros tipos de modalidades de ajuda que não se reduzissem às visitas domiciliárias.

É inserida numa nova filosofia de actuação social, que, em 1852, por intermédio do médico João Vicente Martins, foi fundada a primeira creche na cidade do Porto. Por iniciativa da Associação de Caridade de Viana do Alentejo, criada em 1862 por D. Maria José Sousa em colaboração com o Dr. António José de Sousa, apareceu também, influenciada pelo modelo dos *settlements* ingleses, o Centro Social de Viana do Alentejo com a finalidade tão só de desenvolver a ajuda aos pobres, doentes e inválidos, como também de criar uma creche para as crianças com menos de 3 anos, filhas de mulheres camponesas trabalhadoras.

O crescimento deste tipo de iniciativas criou um novo impulso na projecção do voluntariado no tecido social português, desencadeou uma nova fase no processo de participação na gestão do social, deu uma nova feição à dinâmica de desenvolvimento do modelo de protecção social e produziu uma maior fragmentação e heterogeneização nas formas de intervenção.

Este processo levou a que o padrão de intervenção, definido na portaria publicada a 27 de Agosto de 1854 sobre a 'Assistência Social', se tivesse tornado inadequado perante o fenómeno de multiplicação dos projectos de educação social e sanitária das populações urbanas mais necessitadas, especialmente as de Lisboa.

O modelo de intervenção social passou, assim, a ser direccionado em vários sentidos. Pelo que, paralelamente à acção desenvolvida pelas misericórdias, foram activadas novas formas de ajuda aos grupos sociais mais desfavorecidos, como o que aconteceu com a criação das Sopas dos Pobres. Esta diversificação nas orientações do processo de ajuda levou à desfiguração do modelo dominante de intervenção social, passando este a ser identificado pelo seu carácter assistencial e promocional. Esta desagregação na imagem do modelo de intervenção social expressou-se através das práticas quotidianas de ajuda que subcodificavam tanto os interesses particularísticos das misericórdias,

como os interesses circunstanciais em matéria de acção social, definidos no âmbito do processo de mudança da sociedade portuguesa.

De uma forma ampla, todo este processo de pluralização desencadeado nas formas de intervenção social, produziu os seus efeitos sobre o modelo de gestão do social. Este passou, então a ser orientado de acordo com o processo de representação dos diferentes modelos em matéria assistencial e definido em função do impacto produzido pelos movimentos sociais que emergiram como forma de vingar as respectivas preocupações sobre a realidade social. Como consequência directa, o processo de gestão do social estabeleceu diferentes estereótipos de intervenção no terreno e facilitou o aparecimento de instituições públicas e privadas de assistência que, independentemente, de terem configurações jurídicas diferentes se tornavam complementares umas das outras por criarem olhares diferentes sobre um interesse comum. Por comungarem de uma mesma finalidade social, as instituições privadas deixaram, assim, de estar limitadas a uma intervenção meramente assistencialista e avançaram para a protagonização de um conjunto de práticas sociais de carácter utilitário e pragmático que conduziram por via de centros sociais e de organizações filantrópicas de cariz laico/religioso; enquanto que o poder político deixou de relativizar o seu empenho político em se transformar numa força concorrencial no campo da acção social, tornando-se, por isso, mais motivado em intervir socialmente na identificação dos desafios sociais a que necessitava de responder.

Estas características do processo de gestão do social, mantiveram-se presentes até ao período da I República, altura em que, por questões de ordem política, se verificou um maior investimento da iniciativa pública e uma subestimação do papel religioso no controlo dos problemas sociais.

No entanto, em 1907, foi constituída a Liga de Acção Social Cristã, que se propunha pôr em prática os princípios de promoção da aproximação das classes sociais divulgados pela encíclica *Rerum Novarum*. Depois da implantação da República, este mesmo organismo passou a organizar-se por núcleos, que eram vulgarmente conhecidos por Dezenas. Espalhados por todo o país, estas organizações assumiram como sua finalidade utilizar o apostolado social para exercitar o auxílio social aos que dele necessitassem. Este tipo de movimento de natureza religiosa culminou com a criação em 1933 da Acção Católica Portuguesa.

Contextualmente, este género de organizações sociais de carácter religioso transformaram-se num mecanismo de resposta a uma intencionalidade política de valorizar a importância ideológica dos organismos associativos, tais como as mutualidades e as cooperativas, no exercício efectivo do processo de participação social. Convertidas num instrumento institucional que permitia cercear e revitalizar os aspectos negativos e positivos que estigmatizavam a realidade de pertença da classe operária, utilizavam o arquétipo assistencial para que a sua vinculação ao exercício da protecção social se estabelecesse tendo a cooperação e a entreatajuda como mecanismos de provação e promoção das capacidades dos sectores mais desfavorecidos para intervirem na regulação dos seus modos de vida.

Estrategicamente, a legitimação deste modelo de protecção social que corporativizava uma estratégia de intervenção dirigida fundamentalmente para a reanimação dos corpos anímicos latentes na sociedade, afirmou-se socialmente através de criação de

serviços de cariz social vocacionados para: agirem de forma a controlarem as condições sociais de vida da população mais desprotegida, desdogmatizarem os sofismas que presidiam ao enformar ideológico dos usuais vectores de regulação social, acelerarem a perda do esoterismo que caracterizava o modelo vigente de intervenção social e produzirem uma modificação na interface dos mecanismos de produção da protecção social.

O falhanço político do projecto republicano em matéria de acção social, veio permitir às organizações assistenciais de perfil religioso recuperarem algum do espaço de intervenção que lhes tinha sido politicamente retirado. A Acção Católica Portuguesa tornou-se, pois, numa alternativa ao laicismo que caracterizava o sistema assistencial. A sua afirmação no campo da ajuda social fez com que tivesse adquirido a legitimidade suficiente para assumir um papel activo na institucionalização, no ano de 1935, do Serviço Social em Portugal.

Fruto da ligação íntima entre o Serviço Social e os interesses católicos, a profissão emergiu no nosso país muito marcada por um apostolado social de apoio aos mais necessitados. Utilizando o inquérito social e a visita domiciliária, constituiu-se como um dos principais instrumentos no levantamento das necessidades materiais e morais das famílias portuguesas, bem como na despistagem dos problemas sociais ligados aos ditos flagelos da tuberculose, alcoolismo, prostituição, promiscuidade, habitação, etc. Num primeiro momento, o seu modelo de actuação profissional não se diferenciou substancialmente do modelo adoptado nos países mais desenvolvidos durante a égide do estado liberal. Mas, contrariamente aos países capitalistas democráticos em que o entendimento dos conflitos supunha a divergência e a pluralidade de interesses, em Portugal, com a legitimação política do Estado Novo, o entendimento do conflito afirmou-se pela negação. Os interesses do capital e do trabalho passaram a ser politicamente não antagónicos. Criou-se um objectivo comum que era o interesse da Nação. Neste sentido, o Serviço Social, empenhou-se em mediatizar as preocupações da política social do Estado Novo.

Dadas estas circunstâncias e pelo facto da prossecução dos objectivos da política social corporativista ser liderada pela Igreja Católica, a família tornou-se no alvo central das atenções do exercício profissional do Serviço Social. Gerir o social pela família tornou-se para o Serviço Social a necessidade de constituí-la segundo os critérios da sua utilidade social e ideológica. As questões da pobreza e da exclusão passaram a ser orientados no âmbito do redimensionamento da renovação do papel moral da mulher no seio da família. Problemas de precariedade económica, alcoolismo e delinquência poderiam ser reduzidos se a mulher se tornasse numa boa gestora doméstica e se criasse um bom ambiente familiar que retirasse o marido da taverna e os filhos da rua. Para as situações mais complexas relacionadas com a pobreza consubstanciada na mendicidade, que na época era bastante significativa, foram criados os Albergues Distritais através do Dec. Lei nº 30 389 de 20 de Abril de 1940. Estas instituições que viviam na dependência da Direcção dos Serviços de Repressão da Mendicidade e sobreviviam de quotas de beneficiários, doações, donativos particulares e rendimentos patrimoniais, assim como do produto das multas policiais e das receitas do fundo de socorro social e, ainda, dos valores dos albergados aquando do seu internamento, de parte de remuneração paga pelo seu trabalho e do produto da venda do espólio dos internados, transformaram-se no suporte económico para institucionalmente prestar

assistência aos indivíduos indigentes, inválidos e desamparados e aos menores de 16 anos considerados em perigo moral.

A partir dos anos 40, na sequência de uma crescente intervenção do Estado que alterou a posição privilegiada que tinha sido atribuída à Igreja na condução dos objectivos da política social corporativista e no quadro de uma complexidade da vida social, o modelo assistencial sofreu profundas alterações. O Estado passou a considerar como necessidades prioritárias de intervenção a família e a saúde. É então publicado em 15 de Maio, de 1944, pela Lei nº 1998, o Estatuto da Assistência que forneceu legitimidade formal à criação pelo dec. lei 35.108 de 7 de Novembro de 1945, do Instituto da Assistência à Família, mais conhecido por IAF e posteriormente por IFAS (Instituto da Família e Assistência Social). A família manteve-se ideologicamente como o grande vector de dispersão dos conflitos.

Fiel ao humanismo cristão, o Serviço Social foi evoluindo numa consonância discreta entre as transformações nos pressupostos ideológicos do corporativismo, as novas exigências em matéria de protecção social e as necessidades de formação dos assistentes sociais. Deste modo, e sem se distanciar da evolução técnica dos processos metodológicos que caracterizavam o modelo internacional de Serviço Social, passou a orientar a sua intervenção profissional de acordo com os limites em que se encerrava o próprio desenvolvimento da sociedade portuguesa resultante de um desenvolvimento industrial distorcido e de um processo de gestão política que procurava seguir a modernização sem pôr em causa os seus fundamentos.

Profissionalmente, a relação que o Serviço Social estabeleceu com a pobreza e os fenómenos de exclusão após os anos 40 até à democratização do regime, circunstanciou-se num processo de transformação da avaliação da renda económica e dos juízos morais numa avaliação social e de diagnóstico da situação em si mesma. A avaliação da situação social do indivíduo estava sustentada em valores e ligada a objectivos institucionais.

Mas, com o processo de democratização da sociedade portuguesa, as questões relativas à pobreza deixaram de ser para o Serviço Social uma prática apurada de orientação terapêutica, para passarem a ser dimensionadas numa perspectiva de aconselhamento enfatizada pela ética política das estratégias de desenvolvimento económico.

Pode assim dizer-se, que a gestão do social evolui de acordo com as necessidades inerentes ao processo de dominação político-económico. Socialmente, artificializou-se em função das características do processo de reprodução das desigualdades, da evolução do conceito de problema social e da própria dinâmica de legitimação do sistema económico dominante. Ideologicamente, assumiu uma postura de coerência que se foi matizando de acordo com a arquitectura dos protagonismos levados a efeito pelas diferentes entidades sociais que tiveram um papel activo no processo de regulação e de mediação social.

Em termos históricos, torna-se fácil concluir que a gestão das desigualdades sociais foi inicialmente influenciada pela cultura católica. Por tal dimensionada numa perspectiva caritativa que dominava o exercício social da ajuda e que era protagonizado sob a alçada da Igreja Católica, por via de suportes formais e informais. Depois da separação entre poder espiritual e temporal, iniciou-se uma nova etapa no exercício do bem-

fazer que se caracteriza pela criação de um processo de parceria entre entidades religiosas e laicas interessadas em participar no processo de regulação social. Com o desmoronar do sistema feudal esta mesma gestão das desigualdades, passou a assumir uma dimensão profundamente laica e estruturou-se mediante uma perspectiva assistencial. Apesar da pobreza se ter transformado num problema político-social que deveria ser encarado segundo uma lógica liberal em que cada um deveria demonstrar socialmente a sua capacidade para resolver os seus problemas de ordem sócio-económica, paradoxalmente, e em sintonia com o desenvolvimento das relações capitalistas, o poder político, centralizou em si, ou pontualmente em ligação com a sociedade civil, a construção de estratégias sociais que poderiam permitir assegurar a reprodução do sistema económico e as mudanças na praxis do quotidiano dos grupos sociais mais carenciados. Para o efeito, e utilizando as suas competências em matéria legislativa, criou um papel activo no quadro da regulação das relações de produção e deixou para a sociedade civil a obrigação de gerar as dinâmicas próprias e necessárias para poder assegurar o processo de reprodução da força de trabalho. De um estado de desordem relativamente à organização de um sistema de ajuda eficaz, seguiu-se, dominado pelo impacto ideológica da cultura filantrópica, um período de articulação de energias entre o poder político e a sociedade civil no sentido de se revalorizarem as práticas de ajuda segundo uma lógica promocional e assistencial. Na fase do capitalismo social o poder político, que vinha já ensaiando um papel mais interventor, assumiu uma política proteccionista em matéria de protecção social. No capitalismo de Estado, a gestão do social passou a ser liderada pelo poder político segundo uma perspectiva intervencionista influenciada pelas teorias keynesianas e pelo novo entendimento do conceito de cidadania derivado do Plano Beveridge.

Em suma, as diferenças entre estas duas estéticas culturais de gerir as desigualdades tornaram-se nos elementos responsáveis pela construção dos dois modelos de protecção social, o feudal e o capitalista. Com objectivos comuns, isto é o controlo dos efeitos produzidos pela reprodução das desigualdades, ambos partilharam a necessidade de irem modificando as suas estratégias de intervenção de acordo com a dinâmica do processo político e económico, e ambos transformaram o exercício social da ajuda de acordo com a reestruturação dos paradigmas ideológicos em que culturalmente assentava a distribuição do apoio aos mais necessitados. Por conseguinte, caridade, beneficência e assistência podem ser considerados dialectos próprios de um idioma político cuja construção das suas regras gramaticais permitiam pronunciar privilégios ao mesmo tempo que se falava em desprivilegiados.

Nesta junção 'sináptica' entre pobreza e riqueza, a Igreja, Estado, Sociedade Civil e Serviço Social constituíram-se como elementos de 'cosmética' do sincéfalo da pobreza. A sua acção tornou-se, porém, numa espécie de um triângulo escaleno em que os lados e os ângulos da actuação tiveram sempre medidas diferentes. Mas, apesar de ter havido uma constante intervenção sobre o universo das desigualdades, no entanto nunca foram feitas suficientes passagens secretas para um esconderijo onde se pudesse fazer férias delas. E enquanto politicamente se considerar que o progresso gera inevitavelmente a reprodução de desigualdades e de adaptações sociais, continuam e continuarão a haver *'praças de gente pelos domingos calados'*.

BIBLIOGRAFIA CITADA NA TESE (relacionada com o assunto deste artigo)

- Abreu, Laurinda dos Santos
1996 'Padronização Hospitalar e Misericórdias: Apontamentos sobre a Reforma da Assistência Pública em Portugal'. *Actas do Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora*. Évora.
- Andrew, Donna T.
1989 *Philanthropy and Police: London Charity in the Eighteenth Century*. Princeton: Princeton University Press.
- Alayón, Norberto
1992 *Assistência e Assistencialismo: Controle dos Pobres ou Erradicação da Pobreza*. São Paulo: Cortez Editora.
- Ansary, Pierre e Goldsmith, Alain
1998 *Dictionaire des Solidarités*. Bruxelas: EVO.
- Baslé, Louis
1983 'Sur le Social, l'economique et l'economie sociale'. *Actions et Recherches Sociales*, 2.
- Bastos, Susana
1997 *O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*. Lisboa: Dom Quixote.
- Bériot, Louis
1985 *Le Bazar de la Solidarité*. Paris: JC Lattès.
- Bertaux, Daniel
1978 *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*. Lisboa: Moraes.
- Boursier, François
1984 *L'Economie Sociale: Mythes et Realités*. Lyon: Chronique Sociale.
- Braga, P. Drumond
1991 'A Crise dos Estabelecimentos de Assistência aos Pobres nos Finais da Idade Média'. *Revista Portuguesa de História*, 26.
- Castro, Armando
1982 'A Política Económica do Marquês de Pombal e a Sociedade Portuguesa do Século XVIII'. *Revista da História das Ideias* ('O Marquês de Pombal e o seu Tempo'). Volume 1.
- Charlot, Monica e Marx, Roland
1995 *Londres, 1851-1901: A era Vitoriana ou o Triunfo das Desigualdades*. Lisboa: Terramar.
- Corrigan, Paul e Leonard, Peter
1979 *Prática do Serviço Social no Capitalismo: Uma Abordagem Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Coelho, M. Helena Cruz
1972 'A Acção dos Particulares para com a Pobreza nos Séculos XI e XII'. *Actas das 1ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica Durante a Idade Média*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos Históricos.

- Correia, Fernando da Silva
1939 'A Idade de Ouro da Assistência Cristã: A Assistência na Idade Média'. Separata da *Acção Médica*, 11.
- 1944 *Estudos sobre a História da Assistência: Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: . Henrique Torres Editora.
- Cruz, Domingos
1934 *A Mutualidade em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Debray, Jean Robert
1986 *Sécurité Social: Evolution ou Révolution*. Paris: PUF.
- Donzelot, Jacques
1977 *La Police des Familles*. Paris: Minuit.
1986 *L'Invention du Social*. Paris: Ed. Fayard. 1986.
- Dumont, Jean-Pierre
1987 *L'Impact de la Crise Économique sur les Systèmes de Protection Sociale*. Paris: Economics.
- Durkeim, Emile
1986 *A Divisão do Trabalho Social Social*. Volume I e II. Lisboa: Ed. Presença.
- Elton, G.R.
1984 *A Europa Durante a Reforma 1517-1559*. Lisboa: Ed. Presença.
- Faleiros, Vicente
1983 *A Política Social do Estado Capitalista: As Funções da Previdência e da Assistência social -1559*. São Paulo: Cortez Editora.
- Ferreira, Maria de Fátima Moura
1998 'O Discurso sobre a Assistência e Pobreza de Finais de Oitocentos e Primeiras Décadas do Século XX'. *Cadernos do Noroeste*, 2
- Fonseca, Carlos Dinis
1996 *História e Actualidade das Misericórdias*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Foucault, Michel
1972 *Histoire de la Folie à l'Âge Classique*. Paris: Gallimard.
1990 *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Frazão, A. C. Amaral
1925 *O Problema da Assistência*. Lisboa: Edição do Autor.
- Golding, Peter e Middleton, Sue
1982 *Images of Welfare State: Press and Public Attitudes to Poverty*. Oxford: Basic Blackwell.
- Geremek, Bronislaw
1980 *Truands et Misérables*. Paris: Col Archives.
1995 *A Piedade e a Força: História da Miséria e da Caridade na Europa*. Lisboa: Terramar.
- Gide, Charles
1920 *Les Institutions de Progrés Social*. Paris: Receuil.

- Gonzalo, Aranguren
1998 *Reinventar la Solidaridad: Voluntariado y Educación*. Madrid: PPC.
- Goodolphim, Costa
1889 *A Previdência Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Gueslin, André
1987 *L'invention de l'Économie Sociale: Le XIX Siècle Français*. Paris: Economics.
- Hagenbuch, Walter
1961 *Economia Social*. Zahar Editores.
- Hatzfeld, Henri
1971 *Du Pauperisme à la Sécurité Social: Essai sur les Origines de la Sécurité Sociale en France-1850-1940*. Paris: Armand Colin.
- Iamanoto, Marilda
1992 *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Críticos*. São Paulo: Cortez Editora.
- Jobert, Bruno
1981 *Le Social en Plan*. Paris: Éditions Économie et Humanisme.
- Laubier, Patrick
1978 *L'Âge de la Politique Sociale: Acteurs, Ideologies, Realisations dans les Pays Industrialisés Depuis 1800*. Paris: Éditions Techniques et Economiques.
- Lessa, António dos Santos
1997 *Solidariedade ou Revolução?*. Porto: Edição do Autor.
- Lopes, Maria Antónia
1993 'Os Pobres e a Assistência Pública'. In *História de Portugal*. Volume 5. Editado por José Mattoso. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Maurel, Elisabeth
1981 *Du Controle à la Regulation Social: Travail Social Controle Social?*. Paris: Éditions ESF.
- Mouro, Helena
1991 'Breve Ensaio sobre as Origens e Evolução da Solidariedade e do Voluntariado Social'. Publicações do III Congresso das IPSS.
- Mouro, Helena e Carvalho, Anabela
1987 *O Serviço Social no Estado Novo*. Coimbra: Centelha.
- Mossé, Eliane
1985 *Les Riches et les Pauvres*. Paris: Ed. Seuil.
- Netto, José Paulo
1994 *Políticas Sociais Neo-Liberais e Serviço Social*. Lisboa: Edição do Departamento de Formação Permanente - ISSSL.
- Nunes, A. Sedas
1955 'A Organização Corporativa e o Serviço Social'. *Revista REGC*, 24.
1958 'Algumas Notas sobre Assistência e Serviço Social'. *Cadernos de Serviço Social*, 7-8.
1992 *História dos Factos e das Doutrinas Sociais: Da Formação Histórica do Capitalismo ao Marxismo*. Lisboa: Ed. Presença.

- Pernoud, Régine
1981 *Luz sobre a Idade Média*. Lisboa: Europa América.
- Pinto, Maria de Fátima
1999 *Os Indigentes entre a Assistência e a Repressão: A Outra Lisboa no 1º Terço do Século*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rémond, Réne
1994 *Introdução à História do Nosso Tempo: Do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, Victor
1907 *História da Beneficência Pública*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Roca, J. Garcia
1994 *Solidaridad y Voluntariado*. Santander: Sal Terrae.
- Rubi, Carme
1991 *Introducción al Trabajo Social*. Barcelona: Ed. EUGE.
- Sá, Isabel dos Guimarães
1996 'As Confrarias e as Misericórdias'. In *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa.
- 1997 *Quando o Rico se Faz Pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português - 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações
- 1998 'A Reorganização da Caridade em Contexto Europeu (1490-1600)'. *Cadernos do Noroeste*, 2.
- Schons, Selma Maria
1999 *Assistência Social entre a Ordem e a 'Des-Ordem'*. São Paulo: Cortez Editora.
- Skarzynski, Louis
1901 *Le Progres Social à la Fin du XIX Siècle*. Paris: Félix Alcan.
- Sousa, Ivo Carneiro
1998 *V Centenário das Misericórdias Portuguesas 1498-1998*. Edições CTT.
- 1999 *Da Descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias (1498-1525)*. Porto: Granito.
- Tavares, Maria José Ferro
1989 *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa : Ed.Presença.
- Vieira, Balbina Ottoni
1985 *História do Serviço Social: Contribuições para a Construção de sua Teoria*. Rio de Janeiro: Ed. Agir.
- Weisbrod, B.
1988 *The Nonprofit Economy*. Cambridge: Harvard University Press.
- Yazbek, Maria Carmelita
1993 *Classes Subalternas e Assistência Social*. S.Paulo: Cortez Editora.